

ATA Nº03 /2021 – CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Previdência da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores da Prefeitura do Recife, realizada no dia 03 de março de 2021, sob a Presidência do Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital da Prefeitura da Cidade do Recife, Excelentíssimo Sr. Felipe Martins Matos.

Data da Reunião: Três (03) de Março de Dois Mil e Vinte e Um (2021).

Presidente: Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital da Prefeitura da Cidade do Recife, Sr. Felipe Martins Matos.

Local: Via internet, em caráter excepcional, por conta da pandemia COVID-19, encontro agendado e realizado via aplicativo “Zoom”, sob ID 868 7147 2194.

Presentes:

- 1) Flávia Castanheira do Nascimento, representante titular da Procuradoria-Geral do Município;
- 2) Antônio Marcos Medeiros Araújo, representante do Sindicato dos Fazendários do Município do Recife AFREM SINDICAL;
- 3) Andréa de Medeiros Jar, representante titular da Secretaria de Governo e Participação Social;
- 4) Vereador Samuel Salazar, representante titular do Poder Legislativo Municipal;
- 5) Geferson Thiago Fernandes da Silva, representante titular do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos da Administração Direta e Indireta da Cidade do Recife – SINDSEPRE;
- 6) Clênio Nogueira de Carvalho, representante titular da Associação dos Procuradores do Município;
- 7) Igor Andrade, representante titular do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino;
- 8) Convidados: O Diretor- Presidente da AMPASS, Manoel Carneiro Cardoso; O Diretor Vice-Presidente da AMPASS, Francisco Canindé Antunes Furtado Jr.; o Gerente de Investimentos da AMPASS, José Marcos Alves de Barros; e a Chefe da Unidade de Controle, Rebeqa de Souza Alves e João Felipe do Controle Interno

Havendo número legal para o início dos trabalhos, o convidado, Presidente da AMPASS, Sr. Manoel Carneiro Cardoso, a pedido do Senhor Presidente do Conselho, agradecendo a presença dos participantes, convidou a Conselheira Flávia Castanheira do Nascimento para lavrar a ata, esta aceitou, e, em seguida, listou os participantes. Na sequência, o Presidente da AMPASS, fez uma breve apresentação sobre a pauta da reunião, que consistiu, em resumo: a) aprovação da ata da reunião anterior; b) aprovação do Plano de Trabalho elaborado pelo Conselheiro Clênio Nogueira de Carvalho; c) apresentação sobre Compensação Previdenciária pelos convidados advindos do Controle Interno; e, por fim; d) apresentação da carteira de investimentos de janeiro do corrente ano, pelo Gerente de Investimentos da AMPASS, Sr. José Marcos Alves de Barros. O Presidente da AMPASS Continuou: 1. Acerca da ata elaborada sobre a reunião anterior, questionou se havia mais alguma ponderação além daquela feita pelo grupo de whatsapp a respeito da correção de um número referente a um valor escrito por extenso. Nesse ponto o silêncio foi interpretado como aprovada a ata. Em seguida, o mesmo, questionou se assinatura da ata seria digital ou pessoal, sendo que ficou decidido que a rubrica seria realizada pessoalmente, pois nem todos tem assinatura eletrônica. Ainda, explicou, que o funcionário da Autarquia recolheria as assinaturas. 2. Quanto ao Plano de Trabalho, o Conselheiro Clênio, que o elaborou, disse que o mesmo atende a legislação da matéria e estava aberto para qualquer observação. 3. Na sequência, o Presidente da AMPASS, indagou ao Presidente do Conselho se poderia dar início a apresentação da Compensação Previdenciária, no que foi assentido pelo Presidente do Conselho. Após verificado que o Conselheiro que solicitou a apresentação ainda não estava presente, o item da ata foi trocado, por sugestão do Conselheiro Clênio. 4. Foi dado início a apresentação da Carteira de Investimentos na situação de Janeiro de 2021. O Convidado José Marcos explicou que a carteira é do mês de Janeiro porque a de Fevereiro só fecha após o índice do IPCA sair que será no dia 11. Explicou, também, que a carteira de janeiro fechou com data de 29.01 no valor de 2 (dois) bilhões 458 (quatrocentos e cinquenta e oito) milhões pela curva de juros e à mercado no valor de 2 (dois) bilhões 526 (quinhentos e vinte e seis) milhões. Continuou, dizendo que a carteira, que se divide em renda fixa, variável e exterior (por gestor e por administrador, este é o responsável pelo fundo) e que já está divulgada no site da AMPASS. Explanou a diferença entre carteira taxa de juros e à mercado, que consiste basicamente no fato de que a carteira pela curva de juros registra um valor menor em decorrência das NTB-B 2045 estarem marcadas pela curva de juros e diminuindo a volatilidade, mas a venda se faz a preço de mercado, ou seja, o valor do momento. Atualmente o valor à mercado está maior que o valor pela curva de juros, significando ganhos. Explanou que o Bradesco e o Itau possuem cada um 2 administradoras: BRAM e BEM e ITAU e IINTRAG, e que, após a Caixa Econômica, apresentam a

segunda posição dos investimentos da carteira. O Presidente do Conselho indagou sobre a posição da Caixa Econômica ter o maior volume. O Gerente de Investimentos esclareceu ser em decorrência do contrato de conta única do município com a Caixa que dá o direito de preferência em até 50% dos investimentos. O Presidente da Autarquia esclareceu que o contrato da conta única firmado pela Prefeitura lhe garante o repasse de 50% do valor da carteira da Autarquia, desde que os produtos sejam competitivos no mercado. O Vice-Presidente da Autarquia esclareceu que o contrato da conta única lhe garante prioridade e não exclusividade de aplicação em fundos de investimentos. Em continuidade, o Gerente de Investimentos explicou que o ano de 2020 foi ruim e que o começo de 2021 não está bom, assim a carteira está posicionada em ativos de grande liquidez, porque liquidez nesse momento é o melhor investimento. Esclareceu que 85% da carteira é a vista, o que quer dizer que pode dispor de imediato, ou seja, pode ser alterada a qualquer momento dependendo da economia. O Conselheiro Clênio perguntou se existe perspectiva de aumentar os investimentos no exterior e consignados, sendo que o Expositor explicou que estamos dependendo da aprovação do consignado do RPPS pela PREV assim como o aumento de 10% para 20% no exterior, e que existe uma comissão da ANBIMA conversando com a SPREV. O Presidente da Autarquia pediu ao Expositor para fazer esclarecimentos de conceitos utilizados, em virtude dos novos Conselheiros não terem ainda esse domínio. O Gerente de Investimentos explicou que a ANBIMA é a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. É uma entidade que cuida da ética no mercado financeiro e organização do mercado com vistas a melhor concorrência entre os bancos. Esclareceu que a SPREV defende que os RPPS possam emprestar dinheiro aos seus servidores e que poderá ser de até 15% do patrimônio líquido do Fundo RECIPEV. Continuou explicando que a AMPASS tem investimentos em renda fixa e variável e exterior. Explicou que a carteira está posicionada em 23,33% em IPCA >= 6%; 14,22% em IBOVESPA; 13,96% em IMA B; 13,09% IDKA IPCA 2 A; 6,17% IMA B 5; 5,94% BDRX; 5,79% IBRX 50; 3,78% IDIV; 3,63% IRFM1+; 3,02% SMALL CAPS; 2,68% CDI; 2,36% IGC; 1,55% S&P 500 (índice da bolsa americana) e 0,47% em IBRX. Disse que em seguida vai falar da volatilidade da carteira - que é uma medida matemática dada pelo desvio padrão o que não significa "perder" mas apenas que existe um risco/volatilidade. A carteira tem uma volatilidade muito baixa de 19,29% (474 milhões), baixa de 9,76% (239 milhões) e médio de 26,65%. Volatilidade alta é de 25,52% (627 milhões) e muito alto (461 milhões) de 18,77%. A volatilidade alta ocorre também na renda fixa de longo prazo. Esclareceu que nenhum administrador/gestor de fundos pode ter mais de 50% dos recursos de todos os RPPS do Brasil. Tudo está no gráfico apresentado e enquadrado. Disse que a política de investimentos é acompanhada diariamente. Que opera com

base na Resolução 3922/2010, do Conselho Monetário Nacional. O Gerente de Investimentos apresentou todas as planilhas. Explicou o procedimento de trabalho diário e as projeções até dezembro de 2021. Disse que a carteira fechou janeiro com o retorno negativo de 0,77%, e que a meta de janeiro foi de 0,69% e a meta esperada para o ano de 2021 é de IPCA + 5,41% ao ano. A Carteira a mercado rendeu negativo em 0,98%. Demonstrou em planilhas o que recebeu de contribuições e o que realizou de pagamento da folha e taxa de administração e outros e o que ganhou de juros do ano de 2014 até janeiro de 2021, sendo: 1.158 bilhões de contribuições; 477 milhões de pagamento de folhas e consignações; 71 milhões de taxa de administração e outros e 1.183 bilhões de ganho de juros. O Presidente da Autarquia pediu explicações sobre o que é pelo mercado e pela curva. O expositor explicou através da compra de um carro zero que você vai vender após alguns meses depois. A venda depende da oferta e da procura. O que pode acarretar ágio ou deságio. Isso é a mercado. Por outro lado se você aplicar um dinheiro em renda fixa por 12 meses você vai retirar o valor aplicado, mas caso você retire antes vai ser o que o mercado estiver disposto a pagar e pode ser menor. Isso tudo para evitar enriquecimento sem causa dos cotistas em relação a variação dos juros da economia. O Gerente de Investimentos disse que a RECIPIREV está fazendo um sistema junto com Universidade Federal de Pernambuco para fazer a gestão de toda a carteira de investimentos da Autarquia que hoje é feita no "excel". Disse que hoje tem um déficit de 60 milhões, mas decorre dos seguintes fatores: ano ruim de 2020; falta de censo previdenciário e mudança da alíquota. Mas, considerando tudo ,bateu a meta de 2014 para cá em 114% ,meta pesadíssima,segundo ele. Explicou que foram tomadas 2.528 decisões no comitê de investimentos, fizeram 103 reuniões e 1.570 autorização de aplicação e resgate. Por fim, concluiu com o parecer da equipe de investimentos que é assinado pelo comitê de investimentos. Encerrou a apresentação. O Presidente da Autarquia perguntou se havia alguma dúvida. Solicitou, ainda, que todos enviassem os termos de posse para que todos os Conselheiros tenham acesso aos cursos sobre as matérias relacionadas aos assuntos expostos na reunião. Os cursos serão disponibilizados assim que a portaria de nomeação dos Conselheiros for publicada. Após questionamentos, José Marcos opinou que a perspectiva econômica não é boa para o ano de 2021, sobretudo em virtude do gerenciamento da pandemia. Começa a explanação do segundo item da pauta: Compensação Previdenciária. O convidado João Felipe, da CGM e lotado na Unidade de Controle Interno da AMPASS, explicou que é o responsável pela compensação previdenciária, ou seja, fazer um relatório e propor soluções para sanar os problemas relacionados ao tema. Explicou que a compensação previdenciária é o acerto de contas entre os diversos regimes previdenciários (RGPS e RPPSs) para que possam repartir os custos na concessão do benefício quando houver

contagem recíproca do tempo de contribuição. Assim, quando um servidor vinculado a outro regime traz o tempo para a RECIPIREV é permitido ao órgão de destino fazer o acerto de contas com o órgão de origem, haja vista que o benefício será arcado pelo novo ente. A compensação previdenciária é uma obrigação para garantir a sanidade do regime previdenciário. A compensação previdenciária é prevista no art. 201, §9º da CF. Existem regulamentos do Ministério da Previdência que disciplinam a operacionalização da compensação. Os regulamentos trazem os conceitos básicos sobre o tema. Chamou a atenção que determinados conceitos devem estar claros para os Conselheiros, a exemplo de RI – regime instituidor - que é o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado. Citou que a lei 9796/2009 dispõe sobre a compensação entre o RGPS e RPPS, conforme exige a CF. A compensação contribui para o fortalecimento e equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes previdenciários. Explicou que o NOVO COMPREV, sistema eletrônico de dados da DATAPREV, permite que se apure o valor a compensar de todos os regimes. O sistema ainda está em manutenção, mas tende a cumprir as demandas pendentes para uma gestão eficiente de compensação. Anteriormente, os processos eram físicos e, portanto, a gestão da compensação era ineficiente. Segundo a regra, os operadores têm até o dia 30 para passar as informações sobre as compensações. O regime de previdência que tenha personalidade jurídica própria deve atentar-se para as normas do decreto e o Ente federativo responde solidariamente pela falta de observância das obrigações estipuladas. O diagnóstico é de que 631 processos de compensação são enviados por ano. De 2013 para 2014 houve um aumento significativo face a um esforço conjunto da equipe. Nesse momento o Presidente da Autarquia fez uma intervenção para antecipar a apresentação do plano de trabalho sobre a compensação. O Presidente da Autarquia explicou que o detalhamento está no site da COMPREV. A Chefe do Controle Interno da Ampass, Rebeca Souza Alves, explicou que antes os processos que não estavam completos eram indeferidos e hoje ficam em exigência. Continuou dizendo que o controle tem a competência de auxiliar a unidade responsável pela compensação e apresentou a seguinte proposta: treinar e capacitar os servidores que operacionalizam o COMPREV e aumentar o quadro, bem como estipular metas de resultado buscando reverter os processos indeferidos e em exigência. Foi questionado se está pensando em uma gratificação para os operadores do sistema COMPREV, no que foi respondido negativamente pelo Presidente da Autarquia. Ficou a sugestão da criação da tal gratificação como produtividade. O convidado João Felipe disse que a proposta de ação seria a migração de 100% dos processos de compensação para o COMPREV, mas depende do INSS; saneamento dos processos em diligência; apresentar a impugnação dos processos indeferidos,

daqueles que são permitidos; análise imediata dos processos pedidos por outros entes. Foi questionado se ainda existia migração a fazer de processo físico para o COMPREV, pois esse sistema era antigo. Os convidados disseram que a AMPASS recebe em média R\$500,00 mil reais de compensação e paga R\$1500,00 por mês. O Presidente da Autarquia disse que serão colocadas em execução as propostas apresentadas para dinamizar a compensação previdenciária e concluiu avisando que a próxima reunião será no dia 07.04.2021, às 9 horas. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Previdência, por meio do Presidente da AMPASS, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Flávia Castanheira do Nascimento, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos componentes do Conselho Municipal de Previdência e pelos convidados presentes.


Felipe Martins Matos


Flávia Castanheira do Nascimento

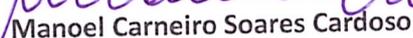

Samuel Salazar


Antônio Marcos Medeiros Araújo

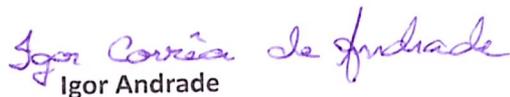

Clênio Nogueira de Carvalho


Gefferson Thiago Fernandes da Silva


Francisco Canindé Antunes Furtado Jr


Manoel Carneiro Soares Cardoso


José Marcos Alves de Barros


Igor Andrade


Andréa de Medeiros Jar


Rebecka de Souza Alves


João Felipe